



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SEAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ Comissão Executiva do Vestibular – CEV

SELEÇÃO PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO
EDITAL Nº 03/2021 – SEAS/ SEPLAG, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021

PROVA OBJETIVA ASSISTENTE SOCIAL, PSICÓLOGO E PEDAGOGO

DATA DE APLICAÇÃO: 23 DE JANEIRO DE 2022
INÍCIO: 9 HORAS — TÉRMINO: 12H30

Nome: _____ Data de Nascimento: _____

Nome de sua mãe: _____

Assinatura: _____

Após receber sua **folha de respostas**, copie, nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a seguinte frase:

O real conhecimento é obra do tempo.

ATENÇÃO!

Este Caderno de Prova contém:

- Língua Portuguesa – 10 questões;
- Direitos Humanos – 15 questões;
- Legislação Especial – 15 questões;
- Regimento Interno das Unidades da SEAS – 10 questões.

NÚMERO DO GABARITO

Marque, no local indicado na folha de respostas, o número 1, que é o número do gabarito deste caderno de prova e que se encontra no rodapé de cada página.

Ao sair definitivamente da sala, o candidato deverá assinar a folha de presença e entregar ao fiscal de mesa:

- a FOLHA DE RESPOSTAS preenchida e assinada;
- o CADERNO DE PROVA.

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA ENCONTRAM-SE NO VERSO DESTA PÁGINA.

LEIA COM ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

1. O candidato deverá verificar se seu caderno de prova, com 50 questões, está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
2. O candidato deverá preencher os campos em branco da capa do caderno de prova, com as devidas informações.
3. A folha de respostas será o único documento válido para a correção da prova. Ao recebê-la, o candidato deverá verificar se seu nome e número de inscrição estão corretos. Se houver discrepância, deverá comunicar imediatamente ao fiscal de sala.
4. A folha de respostas não deverá ser amassada nem dobrada, para que não seja rejeitada pela leitora óptica.
5. Após receber a folha de respostas, o candidato deverá ler as instruções nela contidas e seguir as seguintes rotinas:
 - a) copiar, no local indicado, duas vezes, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a frase que consta na capa do caderno de prova;
 - b) marcar, na folha de respostas, pintando, com caneta transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente ao número do gabarito que consta no caderno de prova;
 - c) assinar a folha de respostas 2 (duas) vezes.
6. As respostas deverão ser marcadas, na folha de respostas, seguindo as mesmas instruções da marcação do número do gabarito (item 5 b), indicando a letra da alternativa de sua opção. É vedado o uso de qualquer outro material para marcação das respostas. Será anulada a resposta que contiver emenda ou rasura, apresentar mais de uma alternativa assinalada por questão, ou, ainda, aquela que, devido à marcação, não for identificada pela leitura eletrônica, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
7. O preenchimento de todos os campos da folha de respostas da Prova Objetiva será da inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
8. Será eliminado da Seleção Pública da SEAS o candidato que se enquadrar, dentre outras, em pelo menos uma das condições seguintes:
 - a) não marcar, na folha de respostas, o número do gabarito de seu caderno de prova, desde que não seja possível a identificação de tal número;
 - b) não assinar a folha de respostas;
 - c) marcar, na folha de respostas, mais de um número de gabarito, desde que não seja possível a identificação do número correto do gabarito do caderno de prova;
 - d) fizer, na folha de respostas, no espaço destinado à marcação do número do gabarito de seu caderno de prova, emendas, rasuras, marcação que impossibilite a leitura eletrônica, ou fizer sinais gráficos ou qualquer outra marcação que não seja a exclusiva indicação do número do gabarito de seu caderno de prova.
9. Para garantia da segurança, é proibido ao candidato copiar o gabarito em papel, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, o **gabarito oficial preliminar** e o **enunciado das questões da prova** estarão disponíveis na página da CEV/UECE (www.uece.br), a partir das 17 horas do dia 23 de janeiro de 2022 e a **imagem completa de sua folha de respostas** estará disponível a partir das 17 horas do dia 31 de janeiro de 2022.
10. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação da Seleção Pública da SEAS.
11. Por medida de segurança, não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar, dentro da sala de prova, nos corredores ou nos banheiros: armas, aparelhos eletrônicos, gravata, chaves, chaveiro, controle de alarme de veículos, óculos (excetuando-se os de grau), caneta (excetuando-se aquela fabricada em material transparente, de tinta de cor azul ou preta), lápis, lapiseira, borracha, corretivo, e outros objetos similares. Todos esses itens deverão ser acomodados em embalagem porta-objetos, disponibilizada pelo fiscal de sala, e colocados debaixo da carteira do candidato, somente podendo ser de lá retirados após a devolução da prova ao fiscal, quando o candidato sair da sala em definitivo.
12. Bolsas, livros, jornais, impressos em geral ou qualquer outro tipo de publicação, bonés, chapéus, lenços de cabelo, bandanas ou outros objetos que não permitam a perfeita visualização da região auricular deverão ser apenas colocados debaixo da carteira do candidato.
13. Na parte superior da carteira ficará somente a caneta transparente, o documento de identidade, o caderno de prova e a folha de respostas.
14. Será permitido o uso de água para saciar a sede e de pequeno lanche, desde que acondicionados em vasilhame e embalagem transparentes, sem rótulo ou etiqueta, e fiquem acomodados debaixo da carteira do candidato, de onde somente poderão ser retirados com autorização do fiscal de sala. A inobservância de tais condições poderá acarretar a eliminação do candidato, de acordo com a alínea **1.1.VII** do subitem 9.17 do Edital que rege a Seleção Pública da SEAS.
15. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair do recinto juntos, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas; estando nessa condição, o candidato que se recusar a permanecer na sala de prova, no aguardo dos demais candidatos, será eliminado da Seleção Pública da SEAS, de acordo com a alínea **1.1.IX** do subitem 9.17 do Edital que a rege.
16. O candidato, ao sair definitivamente da sala, deverá entregar a folha de respostas e o caderno de prova, assinar a lista de presença e receber seu documento de identidade, sendo sumariamente eliminado, caso não faça a entrega da folha de respostas.
17. Os recursos relativos à Prova Objetiva deverão ser interpostos de acordo com as instruções disponibilizadas no endereço eletrônico www.uece.br/cev.

PROCOLOS DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA O PERÍODO DE APLICAÇÃO DA PROVA

Os protocolos sanitários a seguir baseiam-se no Plano de Contingência, referente à COVID-19, elaborado pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará:

- a)** A máscara facial (descartável ou reutilizável) é de uso obrigatório e deve cobrir adequadamente o nariz e a boca do candidato.
- b)** O candidato deverá, obrigatoriamente, permanecer de máscara durante todo o período de realização das provas, retirando-a apenas para ingestão de água, sucos e similares — único período em que poderá ficar sem esse equipamento.
- c)** O candidato poderá portar seu próprio frasco de álcool em gel ou outros antissépticos para as mãos (desde que em embalagem transparente e sem rótulo).
- d)** Caso esteja utilizando viseira (face shield) e óculos de proteção facial, o candidato deverá retirá-los apenas no momento da identificação, ao ingressar na sala de aplicação de prova, podendo voltar a utilizá-los após concluído o procedimento.
- e)** Será vedado o compartilhamento de objetos de uso pessoal pelos candidatos e pelos aplicadores de provas.
- f)** A saída do candidato da sala de aplicação de prova para a utilização do banheiro deve ser solicitada ao fiscal de sala, o qual chamará um fiscal volante para acompanhar o candidato no trajeto sala/banheiro/sala, observada a restrição de uso do banheiro de uma pessoa por vez.
- g)** Quando do retorno do banheiro, ao adentrar a sala de prova, deverá ser mantido o protocolo de higienização das mãos com o álcool em gel disponibilizado em sala.
- h)** Caso haja necessidade de descarte da máscara de proteção facial, o candidato deverá desprezá-la em recipiente de lixo contendo saco plástico no seu interior de uso exclusivo para este fim.
- i)** A qualquer momento, caso considere necessário, o candidato poderá solicitar da equipe de fiscalização o álcool em gel para higienização das mãos.

LÍNGUA PORTUGUESA

A Gravidade da Questão Indígena no Brasil

Estamos diante de um dos mais graves desafios que se tem notícia quanto ao extermínio de povos indígenas em nosso país. Um absurdo inominável

01 O Brasil há décadas vem enfrentando
02 diversas e sérias crises, incluindo crise política,
03 econômica, social, ambiental/ecológica e
04 cultural, as quais têm se agravado tanto pela
05 presença da pandemia do coronavírus quanto
06 pela visão conservadora e retrógrada dos
07 atuais governantes, tanto no plano federal
08 quanto em diversos estados e municípios.

09 No que concerne à questão indígena,
10 diversos organismos e estudiosos nacionais e
11 internacionais têm denunciado que um
12 GENOCÍDIO está em curso em nosso país e
13 tudo indica que pode se transformar em uma
14 tragédia humana de proporções catastróficas
15 no Brasil, afetando a vida, a cultura e as
16 formas de subsistência e sobrevivência dos
17 povos indígenas, principalmente na Amazônia
18 Legal, crime este já denunciado no Tribunal
19 Internacional de Haia e outros organismos
20 internacionais. Pior é que esta tragédia
21 humanitária acontece ante a omissão e
22 conivência de autoridades e organismos
23 públicos a quem caberia defender os interesses
24 dos povos indígenas.

25 Todas essas atrocidades podem ser
26 simplesmente legalizadas nos termos de
27 projeto de Lei (PL- 490) que tramita no
28 Congresso Nacional, bem como ação que está
29 sob análise do Supremo Tribunal Federal, o
30 chamado Marco Temporal.

31 No Brasil existem aproximadamente 114
32 grupos indígenas que desconhecem o jogo
33 político em Brasília, mas podem vir a ser
34 totalmente afetados pelas decisões tomadas
35 naquele tabuleiro. O jornalista Gil Alessi conta
36 como estes povos isolados na Amazônia Legal,
37 que, por decisão própria, não possuem
38 nenhum contato com a sociedade — podem ser
39 extintos caso o PL 490/2007 seja aprovado.

40 O projeto, que autoriza as possibilidades
41 de contato com as aldeias dos rincões
42 amazônicos, abre as portas para o “genocídio”
43 indígena. Em tramitação na Câmara dos
44 Deputados, o PL é “uma rede de atos de cunho
45 legislativo ou administrativo que desmantelam
46 o arcabouço desenhado ao longo das últimas
47 três décadas para garantir a igualdade formal e
48 material dos povos indígenas no Brasil”,
49 escrevem Laura Trajber Waisbich e Ilona
50 Szabó, do Instituto Igarapé.

51 Ademais, vale a pena ler e refletir sobre
52 a avaliação do Conselho Indígena Missionário
53 (CIMI) quanto aos riscos que a aprovação do

54 PL 490 pelo Congresso Nacional - e se o
55 mesmo vier a ser sancionado pelo Presidente
56 da República - representa para o presente e o
57 futuro dos povos indígenas no Brasil.

58 “A proposta altera o Estatuto do Índio
59 (Lei 6.001/1973) e atualiza o texto da PEC
60 215, uma das maiores ameaças aos direitos
61 indígenas que já tramitou no Congresso. O
62 projeto permite a supressão de direitos dos
63 indígenas garantidos na Constituição, entre
64 eles, a posse permanente de suas terras e o
65 direito exclusivo sobre seus recursos naturais.
66 O projeto de lei permite a implantação de
67 hidrelétricas, mineração, estradas e
68 arrendamentos, entre outros, eliminando a
69 consulta livre prévia e informada às
70 comunidades afetadas. A proposta permite
71 retirar o “usufruto exclusivo” dos indígenas de
72 qualquer área “cuja ocupação atenda a
73 relevante interesse público da União”. Vai
74 viabilizar ainda a legalização automática de
75 centenas de garimpos nas Tis (terras
76 indígenas), hoje responsáveis pela
77 disseminação da Covid-19, a contaminação por
78 mercúrio, a destruição de nascentes e rios
79 inteiros e o desmatamento.”

80 Estamos vivendo tempos sombrios no
81 Brasil, ao invés das conquistas aprovadas pela
82 Assembleia Nacional Constituinte e que foram
83 incorporadas na Constituição (cidadã) de 1988
84 serem implementadas ao longo dessas mais de
85 três décadas, o que temos visto é a supressão
86 de diversas dessas conquistas através de
87 Emendas Constitucionais (atualmente já mais
88 de uma centena) que desfiguram
89 completamente a vontade da Constituinte, por
90 Legislaturas, cujos deputados e senadores não
91 foram eleitos para revisarem a Constituição de
92 1988, mas que o fazem através desses
93 subterfúgios, atendendo aos interesses de
94 grupos econômicos, nacionais e internacionais,
95 e forças poderosas que atuam indiretamente
96 através de representantes eleitos no
97 Legislativo ou no Executivo.

98 Estamos diante de um dos mais graves
99 desafios que se tem notícia quanto ao
100 extermínio de povos indígenas em nosso país.
101 Um absurdo inominável. Alguma coisa precisa
102 ser feita com urgência a fim de impedir e
103 acabar com este genocídio silencioso.

JUACY DA SILVA, professor universitário, fundador,
titular e aposentado UFMT, sociólogo, mestre em
sociologia, colaborador de diversas veículos de
comunicação.

Disponível: <https://www.ecodebate.com.br/2021/07/08/a-gravidade-da-questao-indigena-no-brasil/> Texto adaptado.
Acesso em 05/12/2021

01. Considerando a avaliação do CIMI, é correto afirmar que são ações previstas no PL 490/2007:

- A) garantia de direitos indígenas previstos na constituição e implantação de hidrelétricas, mineração, estradas, entre outros.
- B) posse permanente das terras pelos indígenas e direito exclusivo sobre seus recursos naturais.
- C) usufruto exclusivo dos indígenas de qualquer área e legalização automática de centenas de garimpos nas terras indígenas.
- D) atualização do texto da PEC 215, umas das maiores ameaças aos direitos indígenas, e alteração no Estatuto do Índio.

02. Analisando o propósito comunicativo do texto em estudo, é correto afirmar que este

- A) denuncia um genocídio silencioso no Brasil e a omissão de autoridades, bem como destaca a necessidade de atitudes impeditivas.
- B) esclarece a situação dos indígenas e os adverte a respeito do jogo político presente nas decisões que lhes dizem respeito.
- C) defende a prepotência de detentores do poder, que abusam da autoridade para fazer valer os interesses dos povos indígenas.
- D) adverte a respeito da situação indígena, utilizando seu exemplo como instrumento de denúncia frente às práticas sociais.

03. O grau do adjetivo destacado em “**Pior** é que esta tragédia humanitária acontece ante a omissão e convivência de autoridades...” (linhas 21-23) é

- A) superlativo absoluto sintético.
- B) comparativo de inferioridade.
- C) superlativo relativo de superioridade.
- D) comparativo de superioridade.

04. Têm o plural formado por meio da terminação **-ões** os vocábulos

- A) tramitação, cidadão e união.
- B) questão, constituição e irmão.
- C) destruição, visão e eleição.
- D) limão, mão e cordão.

05. Assinale a opção em que há uma correta relação entre a palavra destacada na frase e a significação indicada nos colchetes.

- A) “... afetando a vida, a cultura e as formas de **subsistência** e sobrevivência dos povos indígenas...” (linhas 16-18) [SUBMISSÃO, SUJEIÇÃO]
- B) “... que autoriza as possibilidades de contatos com as aldeias dos **rincões** amazônicos...” (linhas 42-44) [RECANTOS, LUGARES AFASTADOS]
- C) “...que desmantelam o **arcabouço** desenhado ao longo das últimas três décadas...” (linhas 48-49) [ASSUNTO, ARGUMENTO]
- D) “A proposta permite retirar o ‘**usufruto** exclusivo’ dos indígenas de qualquer área...” (linhas 74-76) [PRIVAÇÃO, SUPRESSÃO]

06. Observe os termos destacados nas seguintes orações:

- I. “...diversos organismos e estudiosos nacionais e internacionais **têm** denunciado que um GENOCÍDIO está em curso...” (linhas 11-13).
- II. “Estamos diante de um dos mais graves desafios que se **tem** notícia...” (linhas 105-106).

É correto afirmar que o processo morfossintático que diferencia as duas formas acima destacadas é denominado

- A) regência.
- B) concordância.
- C) formação da palavra.
- D) colocação.

07. A palavra grifada é uma **conjunção integrante** em:

- A) “...e tudo indica **que** pode se transformar em uma tragédia humana...” (linhas 13-15).
- B) “No Brasil existem aproximadamente 114 grupos indígenas **que** desconhecem o jogo político em Brasília...” (linhas 32-34).
- C) “O projeto, **que** autoriza as possibilidades de contato com as aldeias dos rincões amazônicos, abre as portas para o ‘genocídio’ indígena” (linhas 42-45).
- D) “...atendendo aos interesses de grupos econômicos, nacionais e internacionais, e forças poderosas **que** atuam indiretamente através de representantes eleitos no Legislativo ou no Executivo” (linhas 99-104).

08. Analisando o processo de formação do termo sublinhado em “Um absurdo inominável” (linha 108), é correto afirmar que ocorre derivação

- A) prefixal apenas.
- B) sufixal apenas.
- C) prefixal e sufixal.
- D) imprópria.

09. Assinale a opção cujas palavras estão corretamente classificadas quanto à tonicidade.

- A) material; invés; união [OXÍTONAS]
- B) área; extermínio; própria [MONOSSÍLABAS TÔNICAS]
- C) décadas; análise; públicos [PAROXÍTONAS]
- D) inominável; coronavírus; responsáveis [PROPÁROXÍTONAS]

10. Por meio da estrutura da palavra, pode-se identificar a classe a que ela pertence. Assinale a opção em que há uma correta associação entre o sufixo destacado e a classificação da palavra.

- A) silencioso [-oso] = SUBSTANTIVO
- B) tramitação [-ção] = VERBO
- C) igualdade [-dade] = ADJETIVO
- D) principalmente [-mente] = ADVÉRBIO

DIREITOS HUMANOS

11. A dignidade da pessoa humana é tida como valor

- A) incondicional.
- B) político e cultural.
- C) renunciável.
- D) sociocultural.

12. Segundo a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, a educação é um direito que deve ser inspirado nos princípios da

- A) gratuidade, liberdade e dignidade da pessoa humana.
- B) liberdade, moralidade e solidariedade humana.
- C) moralidade, gratuidade e universalidade.
- D) universalidade, regularidade e prioridade.

13. Os Direitos Humanos estão diretamente ligados

- A) à teoria dos direitos naturais.
- B) ao direito contemporâneo.
- C) ao direito medieval.
- D) à teoria dos direitos sociais.

14. O Protocolo de San Salvador previu direitos

- A) civis, políticos e econômicos.
- B) culturais, civis e políticos.
- C) econômicos, culturais e sociais.
- D) sociais, civis e trabalhistas.

15. Segundo a Organização das Nações Unidas, os Direitos Humanos são garantias

- A) coletivas e individuais.
- B) culturais e sociais.
- C) individuais e naturais.
- D) jurídicas e universais.

16. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pelo(a)

- A) Assembleia Geral da OEA.
- B) Assembleia Geral da ONU.
- C) Conselho de Segurança da OEA.
- D) Conselho de Segurança da ONU.

17. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda pessoa tem direito à instrução gratuita, pelo menos nos graus

- A) básicos e fundamentais.
- B) básicos e secundários.
- C) elementares e fundamentais.
- D) elementares e pré-escolares.

18. A Corte Interamericana de Direitos Humanos exerce as funções

- A) consultiva e jurisdicional.
- B) judicial e administrativa.
- C) punitiva e orientadora.
- D) repressiva e auxiliadora.

19. Sobre os direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que

- A) a família, maternidade, infância, adolescência e a velhice têm direito a cuidados e assistência especiais.
- B) o casamento será válido, ainda que realizado sem o consentimento dos nubentes, em casos excepcionais.
- C) os pais não têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.
- D) todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

20. De acordo com as regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça de Menores, pode-se afirmar corretamente que “menor” é qualquer

- A) criança ou jovem que, em relação ao sistema jurídico considerado, pode ser punido por um delito, de forma diferente da de um adulto.
- B) criança ou adolescente que, em relação ao sistema jurídico considerado, viole regras impostas, indistintamente, a todos os membros da sociedade civil.
- C) pessoa com idade inferior a dezoito anos, sujeita à punição por um delito, de forma diferente da de um adulto.
- D) pessoa dotada de mentalidade infanto-juvenil que, em relação ao sistema jurídico considerado, poderá ser punida por um delito, de forma diferente da de um adulto.

21. Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, como regra geral, considera-se criança todo ser humano com menos de

- A) doze anos de idade.
- B) quatorze anos de idade.
- C) dezesseis anos de idade.
- D) dezoito anos de idade.

22. Os Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos, quando introduzidos no ordenamento jurídico brasileiro, terão natureza jurídica de

- A) ato normativo.
- B) lei ordinária.
- C) lei complementar.
- D) norma constitucional.

23. Sobre os direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que

- A) a pessoa poderá ser privada de sua nacionalidade, em casos excepcionais devidamente comprovados.
- B) o direito de procurar asilo em outros países pode ser invocado em qualquer circunstância.
- C) toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.
- D) todas as pessoas nascem livres, iguais em dignidade, mas com direitos individuais distintos uns dos outros.

24. O órgão executivo, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, responsável pela promoção, observância e defesa dos Direitos Humanos é a(o)

- A) Assembleia Geral Interamericana de Direitos Humanos.
- B) Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- C) Tribunal Interamericano de Direitos Humanos.
- D) Instituto Interamericano de Direitos Humanos.

25. Sobre os deveres previstos na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, é correto afirmar que

- A) os cidadãos, quando adultos, têm o dever de pagar os impostos estabelecidos por lei, de acordo com as suas possibilidades e com as circunstâncias.
- B) os filhos têm o dever de honrar sempre os seus pais e de os auxiliar, alimentar e amparar sempre que precisarem.
- C) toda pessoa tem o dever de adquirir, pelo menos, o ensino fundamental antes de atingir a maioridade civil.
- D) toda pessoa tem o dever de auxiliar, alimentar, educar e amparar os seus filhos, se forem consanguíneos.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

26. A medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, denomina-se

- A) adoção.
- B) acolhimento.
- C) guarda.
- D) tutela.

27. A colocação de criança ou adolescente em família substituta pode ser feita mediante

- A) acolhimento ou adoção.
- B) adoção ou curatela.
- C) guarda ou apadrinhamento.
- D) guarda ou tutela.

28. Com base na legislação brasileira, é correto afirmar que

- A) a adolescência pode se estender por um período não superior a três anos.
- B) a adolescência termina quando a pessoa completa vinte e um anos de idade.
- C) adolescente é a pessoa que tem entre doze e dezoito anos de idade completos.
- D) adolescente é a pessoa que tem entre treze e vinte e um anos de idade incompletos.

29. Nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, a vacinação de crianças

- A) depende de autorização dos pais ou responsáveis.
- B) é obrigatória, independentemente da faixa etária.
- C) pode ser facultativa, a partir dos sete anos de idade.
- D) será obrigatória até os quatro anos de idade.

30. A criança que praticar ato infracional estará sujeita à seguinte medida:

- A) acolhimento institucional.
- B) inserção em regime de liberdade assistida.
- C) internação em estabelecimento educacional.
- D) prestação de serviços à comunidade.

31. O conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas a adolescentes em conflito com a lei denomina-se

- A) Sistema Integrado de Atendimento Socioeducativo.
- B) Sistema Integrado de Medidas Socioeducativas.
- C) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.
- D) Sistema Nacional de Execução de Medidas Socioeducativas.

32. Sobre o poder familiar, é correto afirmar que

- A) a condenação criminal dos pais implicará a destituição do poder familiar exercido sobre os filhos menores.
- B) a falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- C) o deferimento da tutela pressupõe a prévia da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda.
- D) o poder familiar será exercido pelos pais, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer ao Conselho Tutelar para a solução da divergência.

33. O órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente denomina-se

- A) Conselho Tutelar.
- B) Defensoria Pública.
- C) Juizado de Menores.
- D) Ministério Público.

34. Assinale a única afirmação **FALSA**.

- A) As crianças com necessidades de cuidados odontológicos especiais serão atendidas pelo Sistema Único de Saúde.
- B) As crianças que forem acolhidas e não procuradas por suas famílias no prazo de 90 (noventa) dias serão cadastradas para adoção.
- C) É garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.
- D) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, jamais poderão ter direitos e qualificações distintos.

35. A garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família denomina-se

- A) Auxílio de Assistência Social.
- B) Benefício de Prestação Continuada.
- C) Benefício Previdenciário Eventual.
- D) Auxílio Social Permanente.

36. A entidade governamental que não cumprir os requisitos obrigatórios para a inscrição de programa de atendimento socioeducativo estará sujeita à seguinte medida:

- A) afastamento de seus dirigentes.
- B) cassação do registro.
- C) interdição de unidades.
- D) suspensão do repasse de verbas.

37. A medida socioeducativa será declarada extinta pelo(a)

- A) morte da criança ou do adolescente infrator.
- B) perdão judicial, a pedido do Ministério Público.
- C) realização de sua finalidade.
- D) transcurso de prazo para a aplicação da medida.

38. Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas

- A) com fins lucrativos que, isoladamente, prestam atendimento e assessoramento aos seus beneficiários.
- B) com ou sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, atuam na defesa e garantia de direitos sociais e previdenciários.
- C) que, tendo ou não finalidade lucrativa, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal de Assistência Social.
- D) sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal de Assistência Social.

39. As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde, seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma

- A) municipalizada, sem hierarquia, em níveis de complexidade decrescente.
- B) nacionalizada, em hierarquia e níveis de complexidade crescente.
- C) regionalizada em níveis de alta, média e baixa complexidade decrescente.
- D) regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

40. Na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares, **NÃO** se inclui o procedimento

- A) de enfermagem.
- B) psicopedagógico.
- C) de assistência social.
- D) fisioterapêutico.

<p style="text-align: center;">REGIMENTO INTERNO DAS UNIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO</p>
--

41. Nos casos de transgressão cometida por adolescente que já esteja em cumprimento de medida socioeducativa de internação sanção, de acordo com o que prescreve o Regimento Interno, é correto afirmar que

- A) a suspensão de visita, como medida disciplinar, é proibida; assim como fica vetada a adoção de quaisquer sanções que resultem em prejuízo no tocante ao direito à escolarização, à profissionalização e às medidas de atenção à saúde.
- B) a direção da unidade, após comunicar a decisão à Célula de Atenção às Medidas Socioeducativas, pode, excepcionalmente, determinar a suspensão, pelo prazo não superior a 12 (doze) horas, do direito do adolescente à alimentação.
- C) a direção da unidade, avaliando o grau (leve, médio, grave) da transgressão, em comum acordo com a comissão disciplinar, pode suspender, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer.
- D) a incomunicabilidade do adolescente, embora não indicada, pode, a pedido da direção, ser excepcionalmente decretada pelo juiz competente, somente quando as demais medidas revelarem-se ineficazes.

42. Da elaboração do Plano Individual de Atendimento participam profissionais de distintas áreas de atuação; alguns dos quais só participam quando convocados, solicitados. O Regimento Interno, no entanto, **NÃO** inclui as seguintes categorias profissionais:

- A) advogado e orientador de célula.
- B) socioeducador e coordenador de disciplina.
- C) médico e agente administrativo.
- D) pedagogo e instrutor de oficina.

43. De acordo com o prescrito no artigo 7º do Regimento Interno das Unidades de Medidas Socioeducativas, o Plano Individual de Atendimento (PIA) é um “instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o(a) adolescente”. Nesse sentido, é correto afirmar que o número de dias de que dispõe a unidade para a qual o(a) adolescente foi encaminhado(a) – e onde se encontra recolhido(a) – para elaboração deste plano é

- A) 45.
- B) 60.
- C) 15.
- D) 90.

44. Sobre a comissão que monitora e fiscaliza o uso do isolamento cautelar e a aplicação de sanções no âmbito das unidades de medidas socioeducativas, o Regimento Interno afirma que

- A) se trata de instância de caráter incidental; embora autônoma, tem atuação restrita, interna; seus membros são escolhidos entre os servidores da própria unidade socioeducativa, sob a coordenação do orientador de célula.
- B) tem caráter permanente; é instância formalmente constituída e colegiada; seus membros – servidores e colaboradores – são indicados pela Coordenadoria de Proteção Social Especial.
- C) está prescrita no Estatuto da Criança e do Adolescente como mecanismo de controle de abuso de poder; é presidida pelo diretor da unidade; é composta paritariamente por técnicos e socioeducadores.
- D) se trata de instância de caráter temporário; tem natureza consultiva e deliberativa; é composta por servidores da unidade de medida socioeducativa, representantes do Poder Judiciário e Ministério Público.

45. No que diz respeito às visitas de familiares a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação, é correto afirmar que

- A) somente goza desse direito o adolescente que o pleitear junto à autoridade judiciária competente.
- B) a direção da unidade socioeducativa, em comum acordo com a equipe técnica, pode suspendê-las como recurso de medida disciplinar.
- C) adolescentes com filhos não têm direito de receber a visita destes, pois só podem ser visitados por pessoas maiores de dezoito anos.
- D) deve ser garantido ao adolescente o direito de receber visitas pelo menos uma vez por semana.

46. Assinale a opção que **NÃO** está em consonância com o que preceitua o artigo 44 do Regimento Interno das Unidades de Medidas Socioeducativas, no tocante à inclusão de adolescente em medida de convivência protetora.

- A) A medida tem caráter excepcional; os pais ou responsáveis legais do adolescente deverão ser imediatamente comunicados de sua inclusão na medida.
- B) O prazo improrrogável de duração da medida é de 45 (quarenta e cinco) dias; durante sua vigência ficam suspensas todas as atividades, inclusive, as obrigatórias.
- C) O próprio adolescente pode requerê-la; durante a medida, deve ser dispensada, ao adolescente, atenção especial por parte da equipe psicossocial.
- D) O diretor da unidade deve comunicar, por escrito, sua decretação ao juiz competente; seu prazo de duração é informado à autoridade judiciária competente.

47. Em consonância com o Regimento Interno das Unidades de Medidas Socioeducativas do Estado do Ceará, é correto afirmar que os adolescentes recolhidos em uma dessas unidades estão cumprindo medida de

- A) liberdade assistida.
- B) prisão cautelar.
- C) semiliberdade.
- D) reparação de danos.

48. A homologação do Plano Individual de Atendimento compete ao

- A) Defensor Público ou advogado constituído.
- B) Promotor da Vara da Infância e da Juventude.
- C) Juiz da Vara da Infância e da Juventude.
- D) Coordenador da Célula de Atenção às Medidas Socioeducativas.

49. O Regimento Interno prescreve, no inciso I do artigo 100, que recepcionar o adolescente recém-chegado, efetuando seu registro e o de seus pertences é atribuição do

- A) orientador de célula.
- B) assistente social.
- C) agente administrativo.
- D) coordenador de disciplina.

50. Quer no que diz respeito às condições de acesso às dependências da unidade, quer na sua requisição para providências específicas, sobre a força policial, o Regimento Interno das Unidades de Medidas Socioeducativas prescreve que

- A) o ingresso do policial nas dependências da unidade, ainda que armado, é livre, pois ele faz parte do mesmo sistema de segurança pública integrado pelas unidades de medidas socioeducativas.
- B) é dispensável dar ciência à coordenação das medidas socioeducativas de que a Polícia Militar foi acionada para o controle de tumultos e rebeliões no interior da unidade, excetuando-se nos casos de homicídio.
- C) a polícia deve ser acionada em caráter excepcional e quando esgotados demais recursos, entre outras situações, para pôr fim a tumulto generalizado cujo controle fuja à capacidade dos socioeducadores e equipe técnica.
- D) o Ministério Público somente precisa ser comunicado da ação da Polícia Militar no interior da unidade quando houver adolescentes lesionados, a fim de que os encaminhe para exame de corpo de delito.